



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1144, DE 2024

Dispõe sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificáveis dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

AUTORIA: Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Dispõe sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificáveis dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam convalidados os reajustes concedidos às vantagens pessoais nominalmente identificáveis dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas pelas Leis nºs 11.170, de 2 de setembro de 2005; 12.779, de 28 de dezembro de 2012; 13.302, de 27 de junho de 2016; e 14.526, de 9 de janeiro de 2023, inclusive os ainda não implementados, mantidos seus efeitos financeiros para todos os fins.

§ 1º Os reajustes de que trata o *caput* configuram revisão geral, ficando afastada a vedação contida no parágrafo único do art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, naquilo que lhe foi contrário, e preservados os atos administrativos praticados.

§ 2º Os efeitos financeiros dos atos administrativos praticados com fundamento nos reajustes concedidos pelas normas a que se refere *caput* integram o valor da vantagem prevista no *caput* do art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, para todos os efeitos e são insuscetíveis de redução, compensação ou absorção.

Art. 2º A manutenção da vantagem pessoal nominalmente identificável de que trata o art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, pelo art. 18 da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, abrange a incorporação de função de direção, chefia ou assessoramento correspondente ao período entre a edição da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998, e a Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.



§ 1º Considera-se a manutenção da vantagem pessoal de que trata o *caput* como coisa julgada material para os fins estabelecidos na modulação de efeitos do Acórdão prolatado pelo Supremo Tribunal Federal nos Embargos Declaratórios nos Embargos Declaratórios no Recurso Extraordinário nº 638.115 – Ceará.

§ 2º Os efeitos financeiros dos atos administrativos praticados com fundamento no *caput* são preservados para todos os efeitos e são insuscetíveis de redução, compensação ou absorção.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os servidores do Senado Federal têm sido prejudicados com **mudanças de orientação geral e interpretação legislativa** que resultam na **desconsideração de direitos adquiridos, segurança jurídica** e conferem efeitos retroativos para desconstituir atos administrativos já praticados em conformidade com essas orientações e interpretações gerais.

As revisões ferem o Princípio da Estabilidade das Relações Jurídicas, consagrado no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal e aos preceitos estabelecidos no art. 24 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Em termos práticos, tais interpretações supervenientes causam prejuízos para os servidores, que, de boa-fé, organizaram a sua vida funcional com base nas normas gerais então vigentes e muitos das quais consolidados há décadas, para, somente ao final do percurso laboral, serem surpreendidos com a perda arbitrária de direitos.

As alterações supervenientes de orientações gerais emanadas da Administração Pública e órgãos de controle ferem igualmente os princípios da irredutibilidade remuneratória e da economicidade e eficiência administrativa, posto que acarretar ônus não mensurado para a revisão dos atos anteriormente constituídos e das extensas ações vinculadas à condução do devido processo legal e defesa judicial dessas mudanças.

SENADO FEDERAL

Em respeito ao citado Princípio da Estabilidade das Relações Jurídicas, impõe-se assegurar a justa expectativa desses servidores por meio da **convalidação dos atos que reconhecem seus direitos adquiridos, preservação dos efeitos financeiros deles decorrentes, vedada a invalidação de ato praticado em observância a orientação geral.**

Com esse justo objetivo, apresentamos este Projeto de Lei e solicitamos o apoio das Senhoras e dos Senhores Parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

COMISSÃO DIRETORA

The block contains several handwritten signatures in blue ink, representing the members of the Comissão Diretora. The signatures are scattered across the page, with some appearing as large, stylized loops and others as more compact, cursive marks. The text 'COMISSÃO DIRETORA' is printed in a standard font above the signatures.